

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da Administração.....	2
Balço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	7
Notas explicativas.....	8 - 28
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas.

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 43.731 mil, correspondente a R\$ 3,43 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 23,56%.

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do *Conglomerado Prudencial Bank of America* (“Conglomerado”). Em 30 de junho de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 21,29%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

A Diretoria

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Balanco Patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (em milhares de Reais)

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		1.493.188	1.300.232
Disponibilidades	(Nota 4)	369	262
Instrumentos financeiros		1.485.662	1.283.087
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(Nota 4)	426.000	405.712
Negociações e intermediação de valores	(Nota 6)	1.040.192	854.578
Disponíveis para venda	(Nota 5)	17.714	17.498
Outros ativos financeiros	(Nota 7)	1.756	5.299
Ativos fiscais correntes	(Nota 10)	5.622	15.902
Outros ativos	(Nota 8)	1.535	981
Não Circulante		33.393	37.923
Realizável a longo prazo		33.393	37.923
Ativos fiscais diferidos	(Nota 10)	14.504	19.150
Outros ativos	(Nota 8)	18.889	18.773
Total ativo		1.526.581	1.338.155
Circulante		1.096.091	960.019
Negociações e intermediação de valores	(Nota 6)	1.037.510	853.298
Obrigações fiscais correntes	(Nota 10)	34.186	67.731
Outros passivos	(Nota 11)	24.395	38.990
Não Circulante		18.814	18.540
Provisões	(Nota 9)	14.739	14.653
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 10)	3.559	3.426
Outros passivos	(Nota 11)	516	461
Total passivo		1.114.905	978.559
Capital social		343.409	121.317
Reservas de lucros		67.995	238.137
Outros resultados abrangentes		272	142
Total patrimônio líquido	(Nota 12)	411.676	359.596
Total passivo e patrimônio líquido		1.526.581	1.338.155

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Demonstração do Resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(em milhares de Reais)

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de intermediação financeira		4.986	5.265
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros		171	(123)
Resultado da intermediação financeira	(Nota 13)	<u>5.157</u>	<u>5.142</u>
Receita de tarifas e comissões	(Nota 14)	150.602	114.932
Receitas operacionais		<u>155.759</u>	<u>120.074</u>
Despesas de pessoal	(Nota 15)	(34.236)	(37.188)
Despesas de tarifas e comissões		(2.465)	(1.489)
Outras despesas administrativas	(Nota 16)	(32.078)	(30.900)
Outras receitas (despesas) operacionais	(Nota 17)	(14.115)	(11.002)
Lucro líquido antes da tributação		<u>72.865</u>	<u>39.495</u>
Imposto sobre a renda	(Nota 10)	(29.134)	(15.786)
Lucro líquido do período		<u>43.731</u>	<u>23.709</u>
Lucro por ação em reais			
Lucro básico e diluído por ação		3,43	1,86
Quantidade de ações		<u>12.756.775</u>	<u>12.756.775</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários**Demonstração do Resultado Abrangente dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020**
(em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do período	43.731	23.709
Ativos financeiros disponíveis para a venda	130	75
Variação de valor justo	216	125
Efeito tributário	(86)	(50)
Total de outros resultados abrangentes	130	75
Total do resultado abrangente	43.861	23.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Outros res. abrangentes	Total
	Capital	Aumento de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Ativos fin. disponíveis para venda	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	121.317	-	24.264	147.988	-	-	293.569
Lucro líquido do período	-	-	-	-	23.709	-	23.709
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para a venda (Nota 5)	-	-	-	-	-	75	75
Saldos em 30 de junho de 2020	121.317	-	24.264	147.988	23.709	75	317.353
Saldos em 31 de dezembro de 2020	121.317	-	24.264	213.873	-	142	359.596
Lucro líquido do período	-	-	-	-	43.731	-	43.731
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	8.219	-	-	8.219
Aumento de capital (Nota 12)	-	222.092	-	(222.092)	-	-	-
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para a venda (Nota 5)	-	-	-	-	-	130	130
Saldos em 30 de junho de 2021	121.317	222.092	24.264	-	43.731	272	411.676

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
 (em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxos de Caixa provenientes das atividades operacionais	20.395	15.182
<i>Lucro líquido ajustado do período</i>	48.535	22.896
Lucro líquido do período	43.731	23.709
Ajustes ao lucro líquido:	4.804	(813)
Créditos tributários (Nota 10)	4.646	(869)
Provisões atuariais (Nota 11)	55	38
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	133	69
Atualização depósitos judiciais (Nota 8)	(116)	(197)
Provisão de contingências e obrigações legais (Nota 9)	86	146
	(28.140)	(7.714)
<i>Variação de ativos e passivos</i>		
Redução de instrumentos financeiros mantidos para negociação	-	(2.663)
(Aumento) de instrumentos financeiros disponíveis para a venda	(216)	(294)
(Aumento)/ Redução de outros ativos financeiros	(182.071)	387.657
(Aumento)/ Redução de outros ativos	9.726	1.442
Impostos de renda e contribuição social pagos	(45.540)	(20.757)
Aumento/ Redução de outros passivos financeiros	184.212	(389.038)
Aumento de outros passivos	5.749	15.939
	20.395	15.182
<i>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</i>		
No início do período	405.974	302.527
No fim do período (Nota 4)	426.369	317.709
<i>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</i>	20.395	15.182
Dividendos convertido em reserva estatutária	8.219	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”) foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

A Corretora é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. A Corretora está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo.

As demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria em 26 de agosto de 2021.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas, principalmente, na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/20 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

A Corretora também está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciando em notas explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

2.1.1. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera e moeda funcional da Corretora.

2.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.1.3. Ativos financeiros

A Corretora reconhece ativos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento.

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. A Corretora classifica seus ativos financeiros como: mantidos até o vencimento, disponíveis para a venda ou mantidos para negociação. Os ativos financeiros somente são classificados como mantidos até o vencimento somente se houver a intenção e capacidade financeira da Corretora para sua manutenção em carteira até o vencimento.

A Corretora inicialmente mensura e reconhece os ativos financeiros pelo valor justo. No caso de ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação, são acrescidos e/ou deduzidos os custos de aquisição diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. Para os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, estes custos são reconhecidos como despesa no momento em que ocorrem.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registrados como mantidos para negociação no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os ativos financeiros registrados como disponíveis para a venda no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Negociações e intermediações de valores são substancialmente compostos por recebíveis oriundos da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

2.1.4. Passivos financeiros

A Corretora reconhece passivos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento. Negociações e intermediação de valores são substancialmente compostos por obrigações oriundas da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

2.1.5. Baixa de Ativos e Passivos financeiros

A Corretora efetua a baixa de um ativo financeiro se os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa tenham vencido ou se todos os riscos e benefícios deste tenham sido transferidos para um terceiro. Caso a Corretora não tenha transferido todos os riscos ou benefícios para um terceiro, então, o ativo financeiro não é baixado.

A Corretora efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais deixam de existir, vencem ou são canceladas.

2.1.6. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto.

2.1.7. Impostos correntes e diferidos

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício, e contribuição social de 15%.

Em 14 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.183 e que de acordo com o Art 1º, inciso I, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável as Corretoras de 15% para 20%, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021.

A expectativa de realização dos créditos tributários da Corretora, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 30 de junho de 2021 a Corretora manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Dessa forma, foi utilizada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até 31 de dezembro de 2021, e alíquota nominal de 15% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados após 31 de dezembro de 2021.

As despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

2.1.8. Benefícios a empregados

Trata-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que a Corretora contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

- a) Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, previdência privada, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período.
- b) Benefícios pós emprego: aposentadoria e outros benefícios como assistência saúde pós emprego.

A Corretora avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Corretora considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 11.

2.1.9. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa (“transações liquidadas com caixa”).

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgados pela NYSE e convertidos para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até – e incluindo – a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

2.1.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Administração efetuou a distinção entre:

Provisões: saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e de natureza certa, embora valor e/ou época incertos.

Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Corretora. Incluem as obrigações presentes da Corretora, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle da Corretora. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial, mas sim divulgados nas Notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas. O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até – e incluindo – a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida na demonstração do resultado.

2.1.11. Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pela Corretora para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Resultado da intermediação financeira: As receitas de despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Receita e despesas de tarifas e comissões: As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

Receita e despesas não financeiras: São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

2.1.12. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

2.1.13. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

A Resolução nº 4.803 de 9 de abril de 2020 que entrou em vigor a partir de sua data de publicação e permite que operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 sejam reclassificadas para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, exceto para operações que em 29 de fevereiro de 2020 apresentavam atraso igual ou superior a quinze dias no pagamento de parcela de principal ou encargos e operações que apresentem evidências de que não serão honradas nas novas condições.

2.1.14. Resultado recorrente e não recorrente

Considera-se resultado não recorrente, o resultado que: i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, a Corretora não registrou receitas e despesas não recorrentes.

3. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos ativos e passivos estão conforme descritos a seguir.

3.1 Valorização dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

3.2 Impostos diferidos

Conforme apresentado na Nota 10, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a Corretora terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário da Corretora, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto da seguinte maneira forma:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos bancários	369	262
Disponibilidades	369	262
Aplicações em depósitos interfinanceiros	426.000	405.712
Total	<u>426.369</u>	<u>405.974</u>

5. Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para a venda estão compostos da seguinte maneira:

	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Títulos Privados				
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA – FILCB	17.261	17.714	17.261	17.498
Total	<u>17.261</u>	<u>17.714</u>	<u>17.261</u>	<u>17.498</u>

O Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA – FILCB foi avaliado a mercado pela última cotação disponível.

A Nota 21 contém detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

6. Negociações e intermediação de valores

Os saldos dessas contas classificadas no ativo circulante e no passivo circulante, são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Negociações e intermediação de valores mobiliários	1.040.192	854.578
Total ativo	<u>1.040.192</u>	<u>854.578</u>
Negociações e intermediação de valores mobiliários	(1.037.510)	(853.298)
Total passivo	<u>(1.037.510)</u>	<u>(853.298)</u>

7. Outros ativos e passivos financeiros

A composição dos outros ativos e passivos financeiros está detalhada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas a receber por prestação de serviços	1.756	5.299
Total outros ativos financeiros	<u>1.756</u>	<u>5.299</u>

A Nota 21 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

8. Outros ativos

A composição dos outros ativos está detalhada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos judiciais	18.889	18.773
Outros valores (a)	926	616
Adiantamentos e antecipações salariais	609	365
Total outros ativos	<u>20.424</u>	<u>19.754</u>

(a) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, referem-se substancialmente, a reembolsos de despesas a receber junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

9. Provisões

Provisões representam obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos, tais obrigações são avaliadas como passivos não circulantes.

As provisões registradas na data do balanço referem-se a obrigações legais e passivos fiscais contingentes cuja movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/06/2020</u>
Saldo inicial	14.653	14.427
Constituições	86	146
Saldo final	<u>14.739</u>	<u>14.573</u>

As constituições apresentadas são referentes às atualizações das obrigações legais e passivos fiscais registradas no balanço patrimonial em contrapartida às outras despesas operacionais.

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(i) *Obrigações legais*: As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica “provisões” e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/Cofins nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(ii) *Passivos contingentes*: A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 82.625 (R\$ 81.138 em dezembro de 2020) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e Cofins sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 no valor de R\$ 43.019 (R\$ 42.785 em dezembro de 2020); e (ii) PIS e Cofins sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 39.606 (R\$ 39.353 em dezembro de 2020).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

10. Ativos passivos fiscais correntes e diferidos

10.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar	5.622	15.902
Total ativos fiscais correntes	<u>5.622</u>	<u>15.902</u>
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher	(9.744)	(11.750)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(24.442)	(55.981)
Total obrigações fiscais correntes	<u>(34.186)</u>	<u>(67.731)</u>

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Diferenças temporárias		
Contingências	5.850	5.815
Provisão para participação nos lucros	8.654	13.335
Total de créditos tributários – ativo	<u>14.504</u>	<u>19.150</u>
Obrigações fiscais diferidas – passivo	<u>(3.559)</u>	<u>(3.426)</u>

10.3. Resultado de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2021</u>		<u>30/06/2020</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	72.865	72.865	39.495	39.495
Ajustes Temporários (1)	(11.731)	(11.731)	2.005	2.005
Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP	<u>61.134</u>	<u>61.134</u>	<u>41.500</u>	<u>41.500</u>
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
IRPJ e CSLL	<u>(15.271)</u>	<u>(9.170)</u>	<u>(10.363)</u>	<u>(6.225)</u>
Passivo fiscal diferido	(29)	(18)	(42)	(25)
Ativo fiscal diferido	(2.904)	(1.742)	543	326
Despesa de IR e CS	<u>(18.204)</u>	<u>(10.930)</u>	<u>(9.862)</u>	<u>(5.924)</u>

(1) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

10.4. Movimentação do crédito tributário

	<u>Crédito Tributário Diferido Ativo – IRPJ</u>			
	<u>Dez/20</u>	<u>Realização</u>	<u>Constituição</u>	<u>Jun/21</u>
Contingências Fiscais	3.663	-	22	3.685
Outras provisões	8.334	(7.401)	4.476	5.409
Total	<u>11.997</u>	<u>(7.401)</u>	<u>4.498</u>	<u>9.094</u>

	<u>Crédito Tributário Diferido Ativo – IRPJ</u>			
	<u>Dez/19</u>	<u>Realização</u>	<u>Constituição</u>	<u>Jun/20</u>
Contingências Fiscais	3.607	-	36	3.643
Outras provisões	3.518	(2.738)	3.245	4.025
Total	<u>7.125</u>	<u>(2.738)</u>	<u>3.281</u>	<u>7.668</u>

	<u>Crédito Tributário Diferido Ativo – CSLL</u>			
	<u>Dez/20</u>	<u>Realização</u>	<u>Constituição</u>	<u>Jun/21</u>
Contingências Fiscais	2.152	-	13	2.165
Outras provisões	5.001	(4.441)	2.685	3.245
Total	<u>7.153</u>	<u>(4.441)</u>	<u>2.698</u>	<u>5.410</u>

	<u>Crédito Tributário Diferido Ativo – CSLL</u>			
	<u>Dez/19</u>	<u>Realização</u>	<u>Constituição</u>	<u>Jun/20</u>
Contingências Fiscais	2.118	-	22	2.140
Outras provisões	2.111	(1.643)	1.947	2.415
Total	<u>4.229</u>	<u>(1.643)</u>	<u>1.969</u>	<u>4.555</u>

Não houve impacto da majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20% estabelecido pela Lei 14.183 aplicável no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021.

10.5. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 30 de junho de 2021 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2022	8.448	8.111
2026 e acima	6.056	4.942
Total	14.504	13.053

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. Atualmente, não há expectativa de realizações para os anos de 2023 a 2025.

10.6. Movimentação de obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas com base na atualização dos juros sobre depósitos judiciais e sua movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	Dez/20	Realização	Constituição	Jun/21
Juros sobre depósitos judiciais	3.331	-	46	3.377
Marcação a mercado	95	-	87	182
Total	3.426	-	133	3.559

	Dez/19	Realização	Constituição	Jun/20
Juros sobre depósitos judiciais	3.208	-	69	3.277
Marcação a mercado	-	-	50	50
Total	3.208	-	119	3.327

11. Outros passivos

A composição dos outros passivos está detalhada a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Programa de participação nos resultados	12.909	20.710
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	5.701	3.955
Programa de participação nos resultados baseados em ações (2)	3.050	4.116
Provisão para pagamentos a efetuar	2.735	1.990
Passivos atuariais (3)	516	461
Dividendos a pagar	-	8.219
Total outros passivos	24.911	39.451

(1) O saldo é composto substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais a pagar o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“Banco”).

(2) Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos no período em questão.

(3) Benefícios pós emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram de R\$ 55 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos:

I – Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 30 de junho de 2021

- i. Critério para apuração dos Ativos** - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.
- ii. Taxa para desconto da Obrigação atuarial:** 7,22% a.a. (3,90% a.a. real)
- iii. Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo:** 3,20% a.a.
- iv. Crescimento dos Custos Médicos:** 7,07% (3,75% a.a. real)
- v. Crescimento dos Custos Médicos por Envelhecimento:** Por faixa etária, 0 a 24 anos = 1,25% a.a.; 25 a 54 anos = 2,75% a.a.; 55 a 79 anos = 4,75% a.a.; e a partir de 80 anos = 2,25% a.a.
- vi. Percentual de Permanência no Plano dos futuros aposentados e desligados:** 100%
- vii. Tábua de Mortalidade Geral:** AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo

A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.
- viii. Rotatividade:** Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora. elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a..
- ix. Idade na data de aposentadoria:** 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres.
- x. Método atuarial:** Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II – Exposição a Riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

- Risco de Inflação: Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- Expectativa de Vida: Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III – Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	<u>Passivo atuarial</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>461</u>
Obrigação de Benefício Definido	<u>55</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>516</u>

IV – Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

<u>Alteração da Premissa</u>	<u>Efeito no Passivo atuarial e no Resultado</u>	
- Redução de 0,5%	124	Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	(103)	Reversão do passivo e da despesa

O impacto, pela alteração da premissa taxa de custos médicos em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

<u>Alteração da Premissa</u>	<u>Efeito no Passivo atuarial e no Resultado</u>	
- Redução de 0,5%	(97)	Reversão do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	128	Aumento do passivo e da despesa

12. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado. O saldo remanescente dos lucros então destinados, são alocados na conta de Reserva de Lucros – Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo tal conta ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização de distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2021, foi aprovada a reclassificação para a Reserva Estatutária dos valores previamente alocados em dividendos (R\$ 8.219) no período de 2020. Também foi autorizado o aumento de capital na Corretora utilizando o montante integral da Reserva Estatutária (R\$ 222.092), uma vez que havia sido atingido no período anterior o limite determinado pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76. Não houve alteração no número de ações emitidas pela Sociedade.

13. Resultado da intermediação financeira

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.986	5.265
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros	171	(123)
Rendas de títulos e valores mobiliários	475	692
Perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(304)	(815)
Total	<u>5.157</u>	<u>5.142</u>

14. Receita de tarifas e comissões

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de corretagens	141.331	110.093
Receita de prestação de serviços (a)	9.271	4.839
Total	<u>150.602</u>	<u>114.932</u>

(a) Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

15. Despesas de pessoal

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração direta	(23.342)	(25.144)
Custos previdenciários	(8.996)	(9.931)
Benefícios	(1.715)	(2.005)
Outras despesas de pessoal	(183)	(108)
Total	<u>(34.236)</u>	<u>(37.188)</u>

16. Outras despesas administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de infraestrutura e serviços (a)	(30.477)	(28.352)
Tecnologia e sistemas	(760)	(758)
Despesas com serviços técnicos prestados por terceiros	(542)	(854)
Publicidade e publicações	(142)	(114)
Despesas de viagem	(87)	(476)
Diversas	(70)	(346)
Total	<u>(32.078)</u>	<u>(30.900)</u>

(a) Rateio de despesas administrativas junto ao Banco.

17. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos sobre Serviços – ISS	(7.530)	(5.747)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(5.872)	(4.643)
Programas de Integração Social – PIS	(954)	(755)
Outras despesas operacionais	(91)	(155)
Outras despesas tributárias	(22)	(44)
Outras receitas operacionais	354	342
Total	<u>(14.115)</u>	<u>(11.002)</u>

18. Informações adicionais sobre instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros segregados por níveis

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprovou o CPC 46, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

- Nível 1 - Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados;
- Nível 2 - São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação e como disponíveis para venda são mensurados ao valor justo, bem como os passivos financeiros mensurados ao valor justo, são determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem ações de empresas listadas, fundos de investimento e empréstimos de ações de empresas.

18.2. Valor justo dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado

A seguir, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, registrados na Corretora e seus respectivos valores justos:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações em depósitos interfinanceiros	426.000	426.000	405.712	405.712
Negociação e intermediação	1.040.192	1.040.192	854.578	854.578
Rendas a receber	1.756	1.756	5.299	5.299
Total	1.467.948	1.467.948	1.265.589	1.265.589

A seguir, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, registrados na Corretora e seus respectivos valores justos:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Negociação e intermediação	1.037.510	1.037.510	853.298	853.298
Total	1.037.510	1.037.510	853.298	853.298

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) Aplicações em depósitos interfinanceiros: Referem-se a aplicações em depósitos interfinanceiros pós-fixados de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.
- ii) Negociações e intermediações: referem-se aos direitos e às obrigações oriundos da intermediação das negociações de instrumentos financeiros efetuadas por conta de clientes. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.
- iii) Rendas a receber: incluem valores a receber pela prestação de serviços a serem liquidados no curto prazo. Tendo em vista os prazos para referidas liquidações, o valor justo e o valor contábil estão substancialmente próximos.

19. Saldos e transações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Corretora incluem, além de suas controladoras, subsidiárias-irmãs e coligadas, o pessoal-chave da Administração da Corretora, familiares próximos do pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais esse pessoal-chave ou seus familiares próximos podem exercer influência ou controle significativo.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades do Grupo Bank of America Brasil, direta ou indiretamente.

19.1. Remuneração da Administração

Para fins de divulgação, entende-se por pessoal-chave da Administração, os diretores estatutários do grupo Bank of America no Brasil, cuja remuneração paga está demonstrada a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Plano de benefícios de longo prazo	25.910	22.434
Participação nos lucros e gratificações	14.014	18.624
Salários e benefícios	7.439	8.259
Previdência privada	618	714
Total	47.981	50.031

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021 foram pagos encargos sociais e multas rescisórias no montante de R\$ 16.289 (R\$ 16.973 em 2020).

i. Plano de benefícios a longo prazo

A prática de concessão de incentivo a longo prazo tem por propósito promover o sucesso e aumentar o valor da Corretora, ligando os interesses pessoais dos colaboradores-chave com os interesses dos acionistas. Destaca-se como objetivo primordial o reforço da motivação, atração e retenção dos colaboradores-chave.

ii. Rescisão de contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações, não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.2. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

i. Saldos mantidos em balanço junto às partes relacionadas não controladoras

Tipo de operação	Vencimento	Taxa a.a.	30/06/2021	31/12/2020
Ativos				
Disponibilidades			367	262
Aplicações interfinanceiras de liquidez	01/07/2021	CDI	426.000	-
	04/01/2021	CDI	-	405.712
Negociação e intermediação de valores	01/07/2021		466.292	-
	04/01/2021		-	347.086
Outros ativos financeiros	15/07/2021		1.755	-
	15/01/2021		-	5.298
Outros valores (a)			726	497
Total Ativos			895.140	758.855
Passivos				
Negociação e intermediação de valores	01/07/2021		(910.477)	-
	04/01/2021		-	(587.785)
Valores a pagar sociedades ligadas			(5.701)	(3.955)
Total Passivos			(916.178)	(591.740)

(a) Referem-se, basicamente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

ii. *Saldos apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às partes relacionadas não controladoras*

Tipo de operação	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.985	5.265
Receitas de prestação de serviços	19.531	10.367
Despesas administrativas	(26.914)	(24.721)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

20. Gerenciamento de Riscos e Capital

O arcabouço de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para o gerenciamento consistente e eficiente dos diversos riscos aos quais o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudencial Bank of America (“Conglomerado”) que é composto pelo Bank of América Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A estrutura de governança aplica-se a todos os funcionários e colaboradores e estabelece papéis e responsabilidades para fins do gerenciamento de riscos para as distintas áreas da organização, divididas em três linhas de defesa: (i) negócios e respectivas áreas de controle; (ii) áreas independentes de risco e demais áreas de controle e (iii) auditoria interna. Esta estrutura atua no estabelecimento do modelo, apetite de risco e limites para as atividades do Conglomerado, através de uma estrutura de alçadas delegadas a comitês, e executivos, supervisionada pela Diretoria e comitês regionais.

O Conglomerado gerencia estes riscos segundo padrões globais, compostos por políticas, processos, sistemas, rotinas e procedimentos locais. Apesar da responsabilidade pelo gerenciamento de risco ser atribuída a todos os colaboradores, a área de riscos gerencia estes riscos através de análises tempestivas e independentes.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento dos diversos tipos de risco está integrado na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade do Chief Risk Officer (“CRO”) e supervisão do Comitê de Gerenciamento de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite de riscos, documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS), bem como, estratégias para o gerenciamento desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada.

As atribuições do comitê de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

Risco de Crédito: Definido como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas à inabilidade ou ao descumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e ao custo de recuperação. A exposição de risco de crédito refere-se ao montante em risco ou à máxima perda potencial à qual o Conglomerado está exposto à medida em que concede um novo crédito.

Gerenciamos o risco de crédito com base no perfil de risco de cada tomador ou contraparte, incluindo a avaliação de fontes de pagamento, garantias subjacentes, e os impactos esperados relacionados ao ambiente

econômico atual e projetado. Análise, monitoramento e limites de crédito são reavaliados proativamente para capturar eventuais mudanças no perfil de risco. O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito.

Risco Operacional: Definido como aquele decorrente de perdas resultante de eventos externos ou de sistemas, pessoas e processos internos inadequados ou deficientes, inerente a todas as atividades do Conglomerado e é gerenciado através da elaboração e implantação de controles internos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos.

Risco de Conformidade (Compliance): Definido como aquele decorrente de sanções legais ou regulatórias capazes de acarretar prejuízos financeiros relevantes ou danos à reputação do Conglomerado devido ao descumprimento dos requisitos de leis, regras, regulamentos aplicáveis, bem como, os padrões e códigos de conduta. A Política de Compliance segue as diretrizes globais bem como os requerimentos locais da Resolução CMN nº 4.595/17.

Risco de Mercado: Definido como aquele decorrente de mudança nas condições de mercado que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos ou, de outra forma, afetar negativamente os resultados. O risco de mercado é composto por risco de preço e risco de taxa de juros:

- O risco de preço é decorrente da condição financeira atual ou projetada e da resiliência proveniente das mudanças no valor das carteiras de negociação ou de outras obrigações que sejam parte do risco de distribuição. Essas carteiras estão tipicamente sujeitas às variações diárias de preço e são contabilizadas, principalmente, com base na marcação a mercado. Esse risco ocorre mais significativamente sobre as atividades de formação de mercado (market making), intermediação (dealing) e atividades no mercado de capitais relacionadas a taxas de juros, câmbio, valores mobiliários e operações de crédito.
- O risco de taxa de juros é decorrente da condição financeira atual ou projetada e resiliência proveniente das variações das taxas de juros. O risco de taxa de juros resulta das diferenças entre o período das variações nas taxas e período dos fluxos de caixa (risco de remarcação), das mudanças nas correlações entre as curvas de juros que afetam as atividades bancárias (risco da curva de juros) e, se aplicável, das opções relacionadas aos juros embutidos nos produtos bancários (risco das opções).

i. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade de fatores, permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A área de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às demais áreas de negócios envolvidas, medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

ii. VaR (Value-at-Risk)

O Conglomerado aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas da carteira. O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A área de Risco de Mercado Local utiliza a medida de VaR como indicador do nível de Risco de Mercado, sendo que alterações observadas na medida de VaR devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

A metodologia de cálculo de VaR está em linha com os procedimentos adotados globalmente pela organização. O modelo consiste em uma simulação histórica realizada com uma janela de observações de 3 anos atualizadas periodicamente. O nível de confiança do modelo é de 99% e o horizonte de 1 dia, porém, considera-se a média das últimas 19 perdas mais relevantes no período de três anos. Essa metodologia leva em consideração o efeito das “caudas grossas” características das séries dos ativos financeiros.

A seguir, mostra-se o VaR do Conglomerado nas datas de final de período e os seus valores máximos, mínimos e médios ao longo do ano:

VaR (*) 99% (1 dia em milhares de Reais)		
VaR	30/06/2021	31/12/2020
Fim do período	4.927	5.083
Mínimo *	2.458	2.831
Máximo *	10.533	11.935
Médio *	4.547	5.294

(*) Média das 19 perdas mais relevantes de uma janela de observação de 3 anos

A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a distribuição dos retornos e nela não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, ao considerar retornos históricos, deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação.

Risco de Liquidez: Definido como a possibilidade do Conglomerado: (i) não ser capaz de honrar eficientemente as obrigações esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, incluindo aquelas decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e (ii) não conseguir negociar à preços de mercado uma posição, devido ao elevado volume em relação ao normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade entre oferta e demanda de determinado ativo no mercado.

Risco Reputacional: Definido como aquele proveniente da percepção negativa por parte dos principais interessados (clientes, contrapartes, investidores, reguladores, agências de risco), escrutínio de partes externas (políticos, consumidores, organizações da mídia) e a contínua ameaça de processo judicial. Estes fatores podem impactar a rentabilidade e as operações, dificultando a capacidade de estabelecer novos relacionamentos ou manter os relacionamentos atuais com os principais interessados (investidores, reguladores, funcionários e a comunidade). O risco reputacional é gerenciado através de políticas e controles de processos e negócios para mitigação tempestiva e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos de risco reputacional. Os funcionários são responsáveis pela reputação do Conglomerado, devendo agir ética e legalmente, em conformidade com as políticas e padrões definidos no Código de Conduta.

Risco de Estratégia: Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, foco equivocado e/ou ambíguo; execução de estratégia de negócios ineficiente ou resposta intempestiva às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações do concorrente, alteração das preferências dos clientes, obsolescência de produtos e desenvolvimento de novas tecnologias.

Outros Riscos Relevantes: Também são considerados riscos relevantes: (i) o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; (ii) risco socioambiental; (iii) prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e (iv) risco cibernético.

Gerenciamento de Capital: Consolidada de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gerenciamento de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas ao gerenciamento de riscos referentes ao Pilar 3 de Basileia III. encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

21. Outras informações

Operações com derivativos

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, a Corretora não operou no mercado de derivativos.

Perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora:

30 de junho de 2021			
	Sem vencimento	até 3 meses	Total
Ativo			
Disponibilidades	369	-	369
Instrumentos financeiros			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	426.000	426.000
Negociações e intermediação de valores	-	1.040.192	1.040.192
Disponíveis para a venda	17.714	-	17.714
Outros ativos financeiros	-	1.756	1.756
Total	18.083	1.467.948	1.486.031
Passivo			
Negociações e intermediação de valores	-	(1.037.510)	(1.037.510)
Total	-	(1.037.510)	(1.037.510)
Posição líquida	18.083	430.438	448.521
31 de dezembro de 2020			
	Sem vencimento	até 3 meses	Total
Ativo			
Disponibilidades	262	-	262
Instrumentos financeiros			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	405.712	405.712
Negociações e intermediação de valores	-	854.578	854.578
disponíveis para a venda	17.498	-	17.498
Outros ativos financeiros	-	5.299	5.299
Total	17.760	1.265.589	1.283.349
Passivo			
Negociações e intermediação de valores	-	(853.298)	(853.298)
Total	-	(853.298)	(853.298)
Posição líquida	17.760	412.291	430.051

Ítems sem vencimento e com prazos inferiores ou iguais a 12 meses são classificados Circulantes e ítems com prazo de vencimento superior a 12 meses são classificados como Não Circulantes.

Ouvidoria

Em atendimento às Resoluções 4.860/20 e 4.859/20 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Bank of America disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 886 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

* * *

Diretoria

Daniel Fazzolari

Eduardo Alcalay

Eduardo Bianchi Rolim

Felipe Esberard de Vasconcelos Beltrão

Marcelo Anção Chiovatto

Monalisa Giannini Bertolotti Guarda

Pedro Lopes Asprino

Contador

Ricardo Kenji Mukai

CRC 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America zelar pela qualidade das Demonstrações Financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2021;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
- Avaliação da efetividade dos sistemas de Controles Internos da Instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bank of America.

São Paulo, 26 de agosto de 2021

O Comitê de Auditoria

Merrill Lynch S.A.
Corretora de Títulos e
Valores Mobiliários

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8